

## **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: REFLEXÕES SOBRE ESPAÇOS URBANOS HUMANOS E ACOLHEDORES<sup>1</sup>**

**Tarcisio Dorn de Oliveira<sup>2</sup>, Bernardo Marchand Weschenfelder<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC/UNIJUÍ).

<sup>2</sup> Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação (CESME). Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Artes pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Educação pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Avaliador Nacional de Cursos de Graduação INEP/MEC (Arquitetura e Urbanismo e Design).

<sup>3</sup> Estudante do Ensino Médio. Bolsista PIBIC CNPq Ensino Médio.

### **INTRODUÇÃO**

A acessibilidade urbana faz alusão à facilidade com que as pessoas podem se deslocar e utilizar os espaços públicos de uma cidade, independentemente de suas habilidades físicas ou mentais. É um aspecto essencial do planejamento urbano e do design das cidades, pois busca garantir que todos as pessoas possam desfrutar de uma mobilidade segura, eficiente e igualitária. A Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) 9050 sinaliza que a acessibilidade pode ser entendida como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos (BRASIL, 2020). Nesse entendimento, a pesquisa tem como objetivo refletir a acessibilidade e a inclusão social nos espaços urbanizados ao pensar a acessibilidade, simultaneamente, como uma resolução de necessidade e o fortalecimento da relação entre as pessoas e os espaços urbanos.

### **METODOLOGIA**

Considerando os procedimentos metodológicos, o texto ancora-se em uma revisão bibliográfica e pesquisa documental que consiste em aprimorar os conhecimentos acerca de estudos e pesquisas já realizadas.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Pensando em uma cidade humana e acolhedora é fundamental atentar-se às diferenças (sejam elas quais forem) considerando a pluralidade e a necessidades das pessoas.

Acessibilidade é um conceito que se refere à possibilidade de todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, poderem utilizar, com segurança e autonomia, os espaços e serviços disponíveis em uma determinada área. A cidadania reserva um conjunto de direitos e deveres no usufruto dos espaços e na possibilidade em poder acessá-lo, (re) conhece-lo e transformá-lo. Para isso, é preciso ter o entendimento que todo sujeito possui identidade e pertencimento - que é social -, mas também, é espacial, o que encaminha desenvolver e a promover a cidadania (OLIVEIRA; CALLAI, 2018).

Infraestruturas adaptadas são fundamentais quando se pensa em espaços humanos e acolhedores, como calçadas com rampas, passagens de pedestres, semáforos sonoros, banheiros públicos acessíveis, entre outros recursos, que facilitem a circulação de pessoas com deficiências e mobilidade reduzida. Daí o desafio de tratar a acessibilidade urbana ao buscar o desenvolvimento e o acesso amplo e democrático aos espaços urbanos, logo:

[...] considerada uma das funções-chave da cidade, desde Le Corbuser (1989) a circulação e, atualmente, acessibilidade urbana constituem funções sociais da cidade, objeto da política de desenvolvimento urbano a que se referem à Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2002. Assim, planejar desenvolvimento urbano é, sem dúvida, pensar formas economicamente viáveis, de acesso a equipamento urbanos e serviços públicos por todos os habitantes da cidade, inclusive por minorias como pessoas de mobilidade reduzida. (AZEVEDO; CALEGAR; ARAÚJO, 2006, p.1).

A falta de acessibilidade pode ser percebida em diversos aspectos do ambiente urbano, como calçadas inadequadas, transporte público inacessível, edifícios sem rampas ou elevadores, sinalização pouco clara para pessoas com deficiência visual, entre outros problemas. Além disso, a acessibilidade também se estende ao acesso à informação, serviços de saúde, educação, cultura e lazer, garantindo que todos possam usufruir dos benefícios que a cidade tem a oferecer. Oliveira e Callai (2018) observam que o espaço pode libertar ou aprisionar e, nesse sentido, cabe a ideia de que a inclusão deve acolher a todos, sem exceção, independentemente das condições.

A criação de espaços urbanos humanos e acolhedores é essencial para promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Espaços humanos são aqueles projetados com o foco nas pessoas, considerando suas necessidades e aspirações. Eles são projetados para incentivar a interação social, promover o bem-estar emocional e físico e estimular a participação ativa da comunidade. Além disso, espaços acolhedores são



caracterizados pela sensação de segurança e pertencimento que proporcionam às pessoas. Eles são lugares onde os indivíduos se sentem confortáveis, respeitados e acolhidos, independentemente de sua origem, cultura, idade, gênero ou habilidades. Esses espaços têm o poder de fortalecer o senso de comunidade e promover a coesão social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do espaço urbano, muitas vezes, dá-se de forma desordenada e sem um planejamento urbano adequado propiciando, com o passar do tempo, severas consequências, as quais criam problemas para as pessoas que convivem e interagem com essa ambiência. Nessa perspectiva, a acessibilidade torna-se um fator fundamental para manter e promover a igualdade social nos espaços urbanos, ao pensar em um espaço que seja inclusivo, humano e acolhedor. Nota-se que desde a década de 1970 são realizados incentivos a propostas que tragam melhorias aos espaços urbanos no que tange a mobilidade com segurança ao entender que a acessibilidade se relaciona diretamente às possibilidades de acessos dos indivíduos ou grupos sociais em determinadas atividades ou serviços presentes nos espaços urbanos, portanto, - o acesso deve ser universal.

A acessibilidade urbana é essencial para promover a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida de todos os cidadãos. Cidades que priorizam a acessibilidade tendem a ser mais atrativas, sustentáveis e economicamente prósperas, pois facilitam a mobilidade, o acesso a serviços e a participação social de todos os seus habitantes. Além disso, essas cidades também contribuem para reduzir o uso excessivo de veículos particulares, o congestionamento e a poluição, ao favorecerem o uso de meios de transporte coletivos e sustentáveis. A acessibilidade e a inclusão são um binômio fundamental no contexto humano e acolhedor ao perceber que este modifica e incorpora a estrutura urbana objetivando contemplar aspectos inclusivos proporcionando a interação conjunta e ativa das pessoas com os lugares.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Espaços urbanos. Inclusão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Norma. **Norma 9050**, Rio de Janeiro - RJ: ABNT, p. 147, 2020.

AZEVEDO, E. M.; CALEGAR, P.C; ARAÚJO, M. M. Acessibilidade Urbana no Estatuto da Cidade: o papel do Plano Diretor na Construção Dialógica de Cidades Sustentáveis. Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, IV., 2006, Belo Horizonte - MG. **Anais [...]**, 2006.

OLIVEIRA, T. D. de; CALLAI, H. C. Inclusão social e cidadania: reflexões sobre mobilidade e acessibilidade em espaços escolares. **Revista Interfaces Científicas**, Aracajú / SE, p. 123-132, fev. 2018.